



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - FJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. **Nosso Desempenho:**
• **Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2015 R\$ 2.515,3 bilhões, aumento de R\$ 279,8 milhões ou 12,5% em relação aos R\$ 2.235,5 milhões do ano anterior. • **Despesas administrativas:** Em 2015, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,4% e em 2014 foi de 9,1%, com aumento de 0,3 pontos percentuais. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores. • **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2015 R\$ 240,7 milhões, com um aumento de R\$ 34,8 milhões, ou 16,9% em relação aos R\$ 205,9 milhões em 2014 devido a: (i) as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2015 R\$ 155,3 milhões, com um aumento de R\$ 24,8 milhões, ou 19% em relação aos R\$ 130,5 milhões em 2014, que decorre do aumento da taxa efetiva para 13,1% em 2015 em relação aos 11,1% em 2014, compensada pelo aumento de 1,1% nas aplicações financeiras médias para R\$ 1.188,4 milhões em 2015, em relação aos R\$ 1.175,4 milhões em 2014 e (ii) as outras receitas financeiras totalizaram R\$ 85,4 milhões em 2015, com aumento de R\$ 10,1 milhões, ou 13,4% em

relação aos R\$ 75,3 milhões em 2014. As despesas financeiras totalizaram em 2015 R\$ 24,7 milhões, com um aumento de R\$ 8,6 milhões, ou 53,4% em relação aos R\$ 16,1 milhões em 2014. • **Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2015 foi de 87,5%, redução de 4,0 pontos percentuais em relação aos 91,5% do ano anterior. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 4,3 pontos percentuais no índice de sinistralidade, para 57,8% em 2015, em relação aos 62,1% do ano anterior, e da redução de 0,2 pontos percentuais no índice de despesas de comissionamento, para 18,0% em 2015, em relação aos 18,2% do ano anterior, e pelo aumento de 0,5 pontos percentuais no índice de despesas administrativas e com tributos, para 11,7% em 2015, em relação aos 11,2% do ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2015 foi de 78,6%, redução de 3,5 pontos percentuais em relação aos 82,1% do ano anterior. • **Lucro líquido e por ação:** O lucro líquido totalizou em 2015 R\$ 238,1 milhões, registrando um aumento de 75,3% sobre os R\$ 162,8 milhões obtidos em 2014. O lucro por ação foi de R\$ 9,21 em 2015 comparado com R\$ 3,87 do ano anterior. **Distribuição de Dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Perspectivas:** A economia brasileira em 2015 foi marcada por uma forte contração da atividade econômica, liderada pela forte queda dos investimentos e do consumo.

A despeito disso, a inflação medida pelo IPCA apresentou expressiva elevação (10,7%), gerada em grande medida pela alta de cerca de 18% dos chamados preços administrados e pela significativa desvalorização do Real. Entre as principais consequências desse quadro, destacam-se a forte e rápida elevação dos índices de desemprego e a expressiva deterioração das contas públicas, esta última refletindo a queda da arrecadação e a rigidez dos gastos. Além dos fatores econômicos, as incertezas e indefinições do conturbado ambiente político também conspiram para a manutenção de um ambiente econômico ainda bastante adverso ao longo de 2016. A despeito das condições adversas, a indústria de seguros apresentou crescimento de 3,1% em 2015 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP) e em 2016, apesar das contrações de vendas de veículos e consumo em geral, deve apresentar ainda crescimento em terreno positivo. Entretanto, este crescimento tenderá a ser menor do que nos anos anteriores, implicando na necessidade de busca por maior eficiência nos negócios e operações. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
ATIVO		1.878.220	1.297.711
Circulante			
Disponível		22.316	18.746
Caixa e bancos		22.316	18.746
Equivalentes de caixa	5	44.377	69.747
Aplicações	6	980.341	448.211
Créditos das operações com seguros e resseguros		566.836	528.997
Prêmios a receber	7.1	566.801	528.720
Operações com resseguradoras		35	267
Outros créditos operacionais		17.178	13.427
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.2	1.633	1.760
Títulos e créditos a receber		2.132	742
Títulos e créditos a receber		1.517	438
Créditos tributários e previdenciários		72	84
Outros créditos		543	220
Outros valores e bens	10	21.731	20.723
Bens a venda		21.142	20.457
Outros valores		589	266
Despesas antecipadas		2.269	1.761
Custos de aquisição diferidos	11	219.407	193.607
Seguros		219.407	193.607
Ativo não circulante		678.834	1.007.863
Realizável a longo prazo		356.892	721.639
Aplicações	6	202.181	578.820
Outros créditos operacionais		2.562	3.047
Títulos e créditos a receber		143.201	131.416
Títulos e créditos a receber		209	209
Créditos tributários e previdenciários	8.1	53.710	42.542
Depósitos judiciais e fiscais	9	86.442	82.818
Outros créditos operacionais		2.840	5.847
Outros valores e bens	10	7.506	8.203
Bens a venda		7.506	8.203
Despesas antecipadas		1.442	153
Investimentos		9.019	9.413
Participações societárias		508	716
Imóveis destinados à renda		8.511	8.697
Imobilizado	12	311.510	275.904
Imóveis de uso próprio		248.306	233.804
Bens móveis		8.702	8.196
Outras imobilizações		54.502	33.904
Intangível		1.413	907
Outros intangíveis		1.413	907
TOTAL ATIVO		2.557.054	2.305.574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto para informação sobre dividendos por ação)								
	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		200.000		3.648	27.728	248.212	(1.626)	477.962
Distribuição de dividendos adicionais (R\$ 1,67 por ação)								(30.000)
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP nº 5.880 de 21/05/2014		35.000			(15.000)	(20.000)		
AGE de 18/12/2014			253.173					253.173
Reserva de reavaliação								
Realização parcial por depreciação	18.b			(94)			94	
Ajustes de avaliação patrimonial	18.d					(3.354)		(3.354)
Dividendos distribuídos								(198.212)
Lucro líquido do exercício							162.760	162.760
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	18.c				8.138		(8.138)	
Dividendos distribuídos (mínimo obrigatório)								(19.554)
Dividendos distribuídos (intermediários)								(54.962)
Juros sobre capital próprio								(22.500)
Reservas estatutárias	18.c					42.200		(42.200)
Dividendos adicionais propostos	18.e					15.500		(15.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		235.000	253.173	3.554	20.866	57.700	(4.980)	565.313
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP nº 136 de 03/03/2015		253.173	(253.173)					
Redução de capital em aprovação - AGE de 30/09/15			(1.897)					(1.897)
Reserva de reavaliação								
Majoração da alíquota CSLL				(291)			291	
Realização parcial por depreciação	18.b			(91)			91	
Ajustes de avaliação patrimonial	18.d					(3.113)		(3.113)
Lucro líquido do exercício							238.140	238.140
Destinação do lucro líquido do exercício								
Reserva legal	18.c				11.907		(11.907)	
Dividendos distribuídos (mínimo obrigatório)	18.e							(26.831)
Dividendos distribuídos (intermediários)	18.e							(69.169)
Juros sobre capital próprio	18.e							(35.000)
Reservas estatutárias	18.c					95.615		(95.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		488.173	(1.897)	3.172	32.773	141.715	(8.093)	655.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é controlada direta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob a sigla PSSA3 e, desde 18 de dezembro de 2014, tem como acionista também a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, que detém 30,66% de participação.
2. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2015 alterações nas políticas contábeis relevantes.
2.1 Base de preparação
A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 22 de fevereiro de 2016.

2.1.1 Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas expedidas pelo Conselho Nacional Privados (CNSP) e SUSEP e estão apresentadas em conformidade com o plano de contas instituído pela Circular SUSEP 517/15.

2.1.2 Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia
• Alterações ao CPC 26 - Iniciativa de divulgação. As alterações à norma oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática. A Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.
• Alterações ao CPC 27 e 04 - Esclarecimentos dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações proíbem o uso do método de depreciação baseada na receita e introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização (com exceções). A Companhia não acredita que a aplicação dessas alterações terá impacto relevante sobre suas demonstrações financeiras. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2016.
• Capital de Risco de Mercado - A Resolução 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) definiu os critérios para constituição do capital de risco de mercado que será mais uma parcela do Capital Mínimo Requerido (CMR) das entidades supervisionadas pela SUSEP. Os 50% da nova parcela será exigível a partir de 31 de dezembro de 2016 e integralmente até 31 de dezembro de 2017. A Companhia avalia os impactos no seu capital mínimo requerido e acredita que sua atual suficiência de capital suportará essa nova exigência (vide nota explicativa 18(f)).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	238.140	162.760
Outros resultados abrangentes	3.113	3.354
Ajustes de títulos e valores mobiliários	5.689	5.342
Efeitos tributários	(2.560)	(2.137)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(29)	249
Efeitos tributários	13	(100)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	241.253	166.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	238.140	162.760
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	4.649	2.828
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	2.623	4.796
Resultado de equivalência patrimonial	(32)	(29)
Outros ajustes	(3.050)	(1.214)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(155.491)	14.684
Créditos das operações de seguros e resseguros	(40.473)	(120.722)
Ativos de resseguro	126	1.880
Créditos fiscais e previdenciários	(1.348)	1.124
Ativo fiscal diferido	(9.808)	(776)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.624)	(5.412)
Despesas antecipadas	(1.796)	(509)
Custos de aquisição diferidos	(25.800)	(37.357)
Outros ativos	(1.972)	(8.783)
Impostos e contribuições	142.757	69.888
Outras contas a pagar	12.409	20.085
Débitos de operações com seguros e resseguros	12.241	14.829
Depósitos de terceiros	(9.584)	(2.558)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	145.483	268.788
Provisões judiciais	765	6.177
Caixa líquido gerado nas operações	306.215	390.479
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	240	
Imposto sobre o lucro pagos	(142.861)	(69.985)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	163.594	320.494
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(42.121)	(5.201)
Intangível	(673)	(258)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(42.794)	(5.459)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(142.600)	(323.627)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(142.600)	(323.627)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(21.800)	(8.592)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	88.493	97.085
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66.693	88.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

2.1.3 Reclassificações

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados nos seguintes itens:

	Publicado Originalmente	Reclassificação	Reapresentado
Ativo	31/12/2014	Reclassificação	31/12/2014
Bens a venda (circulante) (i)	28.660	(8.203)	20.457
Outros valores e bens (não circulante) (i)		8.203	8.203
Demonstração do resultado	31/12/2014	Reclassificação	31/12/2014
Sinistros ocorridos (ii)	(1.264.944)	12.516	(1.252.428)
Outras receitas e despesas operacionais (ii)	(85.455)	(5.103)	(90.558)
Despesas administrativas (ii)	(175.348)	(7.413)	(182.761)

(i) Refere-se a classificação para o realizável a longo prazo dos salvados não disponíveis para venda, de acordo com a modificação no plano de contas instituído pela Circular Susep nº 508/15.

(ii) Reclassificação de despesas compartilhadas da conta "despesas com sinistros" para "outras despesas operacionais" e "outras despesas administrativas".

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

continua



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - FJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Transações e saldos em moeda estrangeira
As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento do exterior.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de Investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.6 Análise de recuperação de ativos ("impairment")

2.6.1 Empréstimos e recebíveis (clientes)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc) e testados em uma base agrupada. Para o teste agrupado é utilizada a metodologia conhecida como "modelo de rolagem". Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP.

2.6.2 Títulos disponíveis para venda

A cada data de balanço é avaliada se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes.

2.6.3 Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imóveis e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 Bens a venda

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

2.8 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.9 Participações societárias

A Companhia possui investimentos em sociedade controlada: Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.10 Ativo imobilizado de uso próprio

Compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

2.11 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguro, financeiro ou ambos. Entende-se como risco significativo de

seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento do seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de balanço, a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimentos.

2.12 Passivos de contratos de seguros

2.12.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: teste de adequação de passivos - TAP; avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, líquida da parcela do prêmio destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (administrativa e judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de co-seguro. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (IBNR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico de sinistros, para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocaíveis e não alocaíveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

Alguns contratos permitem a aquisição da titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

2.13 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.14 Reconhecimento de receitas

2.14.1 Prêmio de seguro e resseguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.12.1(a)). O imposto sobre Operações Financeiras - IOF (a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.14.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do parcelamento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% (vide nota explicativa nº 8.4).

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Em decorrência da aprovação da Lei nº 13.169/15, a Companhia passou a ser tributada na Contribuição Social sobre o Lucro em 20% (vide nota explicativa nº 8.4).

3.1 Avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de

decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 1.561.556.

3.2 Cálculo de valor justo e "impairment" de ativos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplica-se regras de análise de "impairment" para seus recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito no item 2.6.1.

O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalente de caixa e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.818.051, para os quais existem R\$ 244 de provisão para risco de crédito.

3.3 Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição dessas provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 85.077.

3.4 Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015, era de R\$ 53.710 (ativo) e R\$ 9.137 (passivo).

4. Gestão de riscos

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A gestão de riscos compreende as seguintes categorias:

Riscos Financeiros

• Risco de Crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

• Risco de Liquidez: é a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras.

• Risco de Mercado: é a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

Riscos de Seguro

• Risco de Subscrição: é a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as suas expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

Riscos Não Financeiros

• Risco Operacional: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

• Outros: incluem os riscos de estratégia, de imagem e socioambiental.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado de seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão Corporativa de Riscos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco.

4.1 Risco de crédito

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Na Companhia, este risco é composto por:

(a) **Portfólio de Investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moody's e Fitch). Na ausência de ratings externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos (ratings internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações.

Em 31 de dezembro de 2015, 87,6% (82,7% em 31 de dezembro de 2014) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há uma política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em ratings de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão de risco. Em 31 de dezembro de 2015, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 1.668 (R\$ 2.027 em 31 de dezembro de 2014).

(c) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação deste risco são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguro da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 7.1.1.

4.2 Risco de liquidez

A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (I):

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Fluxo de ativos financeiros	Fluxo de passivos (II)	Fluxo de ativos financeiros	Fluxo de passivos (II)
Sem vencimento	22.316		104.832	
Fluxo de 1 a 30 dias	230.357	19.893	288.832	16.081
Fluxo de 1 a 6 meses	350.975	791.969	341.155	746.426
Fluxo de 6 a 12 meses	178.660	158.595	45.444	235.854
Fluxo acima de 1 ano	1.072.753	16.001	935.701	19.496
Total	1.855.061	986.458	1.715.964	1.017.857

(I) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - FJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.
(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

4.3 Risco de mercado

Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Inflação (IPCA/IGPM)	42,3%	32,5%
Prefixados	28,2%	37,7%
Pós-fixados (Selic/CDI)	29,5%	30,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para esses cenários realistas e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	± 50 b.p.	12.685
	± 25 b.p.	6.593
	± 10 b.p.	2.700
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	163
	± 25 b.p.	136
	± 10 b.p.	108
Juros prefixados	± 50 b.p.	1
	± 25 b.p.	1
	± 10 b.p.	1

(*) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela BM&FBovespa.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

4.4 Risco de subscrição

A Companhia emite seguros de automóveis, danos e pessoas. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia investe em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.12.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Adicionalmente, cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

4.4.1 Automóveis

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frota.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo.

A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Região Sudeste	70,8%	74,3%
Região Sul	16,8%	15,6%
Região Nordeste	8,2%	6,2%
Região Centro-Oeste	3,2%	3,2%
Região Norte	1,0%	0,7%
	100,0%	100,0%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(42.005)	(56.068)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(522)	(537)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(571)	(715)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	10.186	8.878
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(5.093)	(4.439)

4.5 Risco operacional

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, para reduzir as ameaças até um nível aceitável ou para alcançar as oportunidades.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.6 Gestão de capital

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros

indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão Corporativa de Riscos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 18 (f).

5. Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas em Notas do Tesouro Nacional - NTNs e Letras do Tesouro Nacional - LTNs, com vencimentos em até 3 meses.

6 Aplicações

6.1 Estimativa de valor justo

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação (*)

Fundos abertos	Dezembro de 2015			Dezembro de 2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Cotas de fundos de investimentos	113.198	-	113.198	82.281	-	82.281
Fundos retidos - IRB	141	-	141	141	-	141
	113.339	-	113.339	82.422	-	82.422

Fundos exclusivos

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	206.609	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	106.786	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	21.063	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	17.524	-
Letras Financeiras - privadas	-	14.671
Debêntures	-	3.643
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-
Outros	3	72
	351.985	18.386

Carteira própria

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Letras Financeiras - privadas	-	54.247
Depósitos a prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-
	-	54.247

Total

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Circulante	465.324	72.633
Classificadas nesta categoria:	537.957	537.957
	1.003.281	1.070.590

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Classificadas nesta categoria:	45%	44%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo.

6.1.2 Títulos disponíveis para venda

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
	Nível 1	Nível 2
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	300.164	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	282.864	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	35.139	-
Debêntures	-	25.926
	618.167	25.926

Carteira própria

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	300.164	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B	282.864	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C	35.139	-
Debêntures	-	25.926
	618.167	25.926

Total (I)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Circulante	465.324	72.633
Não circulante (II)	537.957	537.957
	1.003.281	1.070.590

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Classificadas nesta categoria:	54%	56%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2015 era de R\$ 652.988 (R\$ 579.727 em dezembro de 2014), gerando assim uma perda não realizada registrada em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 5.689 (R\$ 5.342 em dezembro de 2014) na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários.

(ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R\$ 472 em dezembro de 2015 (R\$ 2.299 em dezembro de 2014).

6.2 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Saldo inicial	1.096.778	1.118.851
Aplicações	956.214	1.323.856
Resgates	(975.656)	(1.471.157)
Rendimento	155.252	130.570
Ajuste a valor de mercado	(5.689)	(5.342)
Saldo final	1.226.899	1.096.778

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

6.2.1 Taxas de juros contratadas

As taxas principais de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Taxas de juros % a.a.	14,15	11,65

Equivalentes de caixa (*)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Fundos exclusivos		
Letras Financeiras % CDI	106,24	106,38
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	14,91	12,36
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série B - IPCA	7,17	5,07
Notas do Tesouro Nacional (NTN) Série C - IGPM	5,87	5,12
Letras Financeiras c/fluxo DI+	0,91	1,47
Letras Financeiras DI-	0,72	1,50

Carteira própria

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Letras Financeiras - privadas % CDI	108,67	109,08
LTNs	13,27	12,60
NTNs Série B - IPCA	5,47	5,47

(*) Vide nota explicativa nº 5.

7. Créditos das operações com seguros

7.1 Prêmios a receber

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Prêmios a receber	403.394	367.727
Redução ao valor recuperável	(244)	(988)
	403.150	366.739

Automóveis

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Resp. civil facultativa	121.583	-
Assistência e outras coberturas auto	30.742	-
Demais ramos	11.326	-
	163.651	163.651

7.1.1 Composição quanto aos vencimentos

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
A vencer	552.710	508.956
Vencidos de 1 a 30 dias	13.655	20.240
Vencidos 31 a 60 dias	232	161
Vencidos 61 a 120 dias	186	131
Acima de 121 dias	262	220
	567.045	529.708

Redução ao valor recuperável

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
	(244)	(988)
	(244)	(988)

7.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Saldo inicial	528.720	412.881
Prêmios emitidos	2.536.631	2.245.592
IOF	185.791	165.470
Adicional de fracionamento	72.255	64.212
Prêmios cancelados	(91.800)	(71.093)
Recbimentos	(2.665.540)	(2.287.661)
Provisão para riscos de créditos	744	(681)
Saldo final	566.801	528.720

7.1.3 Redução ao valor recuperável

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Saldo inicial	988	307
Provisões constituídas	790	977
Reversão	(1.534)	(296)
Saldo final	244	988

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "outras despesas operacionais" da demonstração do resultado (ver nota explicativa nº 23).

7.1.4 Prazo médio de parcelamento

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Automóvel	1 a 4	80,5%	79,0%
	5 a 10	19,5%	21,0%

8. Tributos

8.1 Créditos tributários e previdenciários

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*)	40.595	30.788
PIS e Cofins diferido sobre PSL e IBNR	12.706	11.352
Outros	1.337	1.330
Redução ao valor recuperável	(928)	(928)



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
11.1 Movimentação		
Saldo inicial	193.607	156.250
Constituição	427.676	373.088
Apropriação de despesas	(401.876)	(335.731)
Saldo final	219.407	193.607

	Movimentações					Dezembro de 2015		Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo residual em dezembro de 2014	Aquisições	Despesas de depreciação	Outros/ Transferência	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Terenos	150.747	5.197	-	-	155.945	155.945	-	-
Edificações (*)	83.056	1.096	(2.244)	10.453	100.406	(8.045)	92.361	2,0
Imóveis de uso	233.803	6.293	(2.244)	10.453	256.351	(8.045)	248.306	
Informática	2.248	2.850	(984)	-	9.493	(5.379)	4.114	25,0
Móveis máquinas e utensílios	1.908	103	(328)	-	3.396	(1.713)	1.683	10,0
Rastreadores	3.366	1.405	(2.205)	-	5.834	(3.268)	2.566	25,0 a 33,3
Bens móveis de uso	7.522	4.358	(3.517)	-	18.723	(10.360)	8.363	
Obras em andamento	33.211	31.313	-	(10.453)	54.071	-	54.071	-
Outras imobilizações	1.368	157	(755)	-	4.132	(3.362)	770	-
Outras imobilizações	34.579	31.470	(755)	(10.453)	58.203	(3.362)	54.841	
Total	275.904	42.121	(6.516)	-	333.277	(21.767)	311.510	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.
A Companhia não observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados e para os ativos intangíveis em 2015 e não houve reconhecimento de perdas.
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha o total de R\$ 4.841 em imóveis vinculados como garantias das provisões técnicas de seguros na SUSEP (ver nota explicativa nº 16.3).

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
13. Contas a pagar		
13.1 Obrigações a pagar		
Serviços de assistência	28.949	27.097
Transações com partes relacionadas (**)	28.880	14.409
Participação nos lucros a pagar	28.572	19.348
Provisão de benefícios a empregados	1.716	1.519
Dividendos a pagar	1.210	20.450
Outras obrigações	2.405	2.233
Total	91.732	85.056
Circulante	90.016	83.537
Não circulante	1.716	1.519
(*) Vide nota explicativa nº 28		
13.2 Impostos e encargos sociais a recolher		
IOF	38.716	36.317
Imposto de renda retido na fonte	1.873	767
INSS e FGTS	1.841	1.640
Outros	5.304	3.914
Total	47.734	42.638

14. Débitos de operações com seguros e resseguros - Corretores de seguros e resseguros
Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

	De 1 a 30 dias	De 1 a 6 meses	Total
Cobrança antecipada de prêmios	1.113	-	1.113
Prêmios e emolumentos recebidos	342	-	342
Total em 31 de dezembro de 2015	1.455	-	1.455
Total em 31 de dezembro de 2014	11.032	7	11.039

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Danos (16.1)	1.559.585	1.557.952	1.411.411	1.409.652
Pessoas	1.971	1.971	3.036	3.036
Total	1.561.556	1.559.923	1.414.447	1.412.688

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (ver nota explicativa nº 2.12.2).

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	1.210.899	1.210.899	1.112.216	1.112.216
Sinistros e benefícios a liquidar	258.680	257.047	239.864	238.105
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	87.374	87.374	56.768	56.768
Outras provisões	2.632	2.632	2.563	2.563
Total	1.559.585	1.557.952	1.411.411	1.409.652

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.147.286	3.640	-	-
Constituições decorrentes de prêmios	2.145.972	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(1.839.993)	-	-	-
Aviso de sinistros	1.392.308	191	-	-
Pagamento de sinistros	(1.314.404)	(246)	-	-
Atualização monetária e juros	1.935	-	-	-
Outras (constituição/reversão)	(117.029)	(1.825)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.416.075	1.760	-	-
Constituições decorrentes de prêmios	2.408.732	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(2.203.468)	-	-	-
Aviso de sinistros	1.568.858	(90)	-	-
Pagamento de sinistros	(1.493.390)	(37)	-	-
Atualização monetária e juros	3.493	-	-	-
Outras (constituição/reversão)	(138.744)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.561.556	1.633	-	-

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.147.286	3.640	-	-
Constituições decorrentes de prêmios	2.145.972	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(1.839.993)	-	-	-
Aviso de sinistros	1.392.308	191	-	-
Pagamento de sinistros	(1.314.404)	(246)	-	-
Atualização monetária e juros	1.935	-	-	-
Outras (constituição/reversão)	(117.029)	(1.825)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.416.075	1.760	-	-
Constituições decorrentes de prêmios	2.408.732	-	-	-
Diferimento pelo risco decorrido	(2.203.468)	-	-	-
Aviso de sinistros	1.568.858	(90)	-	-
Pagamento de sinistros	(1.493.390)	(37)	-	-
Atualização monetária e juros	3.493	-	-	-
Outras (constituição/reversão)	(138.744)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.561.556	1.633	-	-

15.3 Garantia das provisões técnicas
De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Total das provisões técnicas (A)	1.561.556	1.416.073
Direitos creditórios (i)	471.303	439.070
Custos de aquisição diferidos pagos	156.587	142.055
Operações com resseguradoras	1.633	1.759
Fundos e reservas retidos pelo IRB	141	141
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	629.664	583.025
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	931.892	833.048
Necessidade de ativos líquidos (II) (D)	135.074	99.960
Títulos de renda fixa - públicos	618.168	541.152
Quotas de fundos de investimento	415.024	382.901
Títulos de renda fixa - privados	80.174	138.899
Imóveis	4.841	-
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.118.207	1.062.952
Excedente (E - C - D)	51.241	129.944

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.
(ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido - CMR em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos (Resolução nº 321/15).

16.4 Comportamento da provisão de sinistros
A tabela a seguir demonstra o comportamento das provisões para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábuas de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Montante estimado de sinistro no ano do aviso	Dezembro										
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Um ano mais tarde	77,8	88,5	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6	193,7	220,2	236,1
Dois anos mais tarde	57,9	62,4	61,7	91,8	95,9	122,5	164,7	183,5	179,0	215,0	-
Três anos mais tarde	59,4	55,4	63,8	99,7	95,3	137,4	173,3	185,8	189,6	-	-
Quatro anos mais tarde	53,1	57,1	69,7	95,9	106,8	142,1	174,3	196,4	-	-	-
Quatro anos mais tarde	54,8	62,4	67,4	106,0	110,1	141,8	185,0	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	59,7	61,9	76,5	107,8	109,0	152,3	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	55,4	70,7	78,0	106,1	119,3	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	64,2	72,1	75,9	116,6	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	65,3	69,4	86,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	65,3	69,4	86,5	116,6	119,3	152,3	185,0	196,4	189,6	215,0	236,1
Pagamentos acumulados até a data-base	(49,8)	(58,0)	(66,9)	(94,7)	(94,5)	(124,2)	(152,4)	(158,9)	(146,6)	(167,1)	-
Total	15,5	11,4	8,2	2,3	2,9	3,3	4,5	4,9	5,5	4,9	188,2
DPVAT e retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113,7
PSL e IBNR reconhecidas no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	349,8

16.5 Provisão de sinistros a liquidar - judicial
A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	49.756	48.038	43.429	41.661
Total pago no período	(9.655)	(9.655)	(9.818)	(9.700)
Novas constituições no período	3.613	3.613	2.378	2.378
Baixas da provisão por êxito	(4.473)	(4.473)	(2.618)	(2.618)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	1.101	1.186	14.509	14.441
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	5.120	5.120	1.876	1.876
Saldo final (ii)	45.462	43.829	49.756	48.038
Quantidade de processos	3.215	3.215	2.936	2.936

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.
(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

17. Outros débitos - provisões judiciais
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento Jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (d)	Cíveis (e)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.502	4.011	12.523	78.136
Constituições	850	1.103	5.015	6.968
Enc. Êxito/reversões	(140)	(104)	(2.588)	(2.832)
Pagamentos	-	(168)	(2.227)	(2.395)
Atualização monetária	4.771	304	(639)	4.436
Saldo em 31 de dezembro de 2014	67.083	5.146	12.084	84.313
Constituições	-	382	3.875	4.257
Enc. Êxito/reversões	(776)	(466)	(4.513)	(5.755)
Pagamentos (*)	(142)	(49)	(4.767)	(4.958)
Atualização monetária	5.787	441	992	7.220
Saldo em 31 de dezembro de 2015	71.952	5.454	7.671	85.077
Quantidade de processos	42	168	130	340

(*) Ver item (a)(vi).

(a) Provisão para processos fiscais
As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As obrigações legais estão classificadas como probabilidade de perda possível. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
REFIS (vi)	29.041	21.891
COFINS (i)	15.718	14.198
PIS (ii)	8.414	8.116
INSS - autônomos (iii)	6.519	10.681
ICMS (v)	4.850	4.410
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	4.572	4.534
Outras	2.838	3.253
Total	71.952	67.083

(i) COFINS
Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.71



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de maio, 13 de agosto, 22 de setembro e 29 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou distribuição de dividendos intermediários e mínimos obrigatórios no montante de R\$ 15.000, R\$ 13.000, R\$ 30.000 e R\$ 38.000, mediante a utilização de lucros do período do exercício de 2015.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Lucro líquido do exercício	238.140	162.760
(-) Reserva legal - 5%	(11.907)	(8.138)
Realização da reserva de reavaliação	91	94
Lucro básico para determinação do dividendo	226.324	154.716
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	56.581	38.679
JCP distribuído - líquido	29.750	19.125
Dividendos mínimos	26.831	19.554
Dividendos intermediários	69.169	54.962
Dividendos adicionais propostos	-	15.500
Total de dividendos e JCP	125.750	109.141
Total por ação (R\$)	4,86	4,21

(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Patrimônio líquido	655.843	585.313
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(508)	(716)
Despesas antecipadas	(3.711)	(1.914)
Ativos intangíveis	(1.413)	(907)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	650.211	561.776
Capital-base (I)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	564.202	493.869
Capital de risco de crédito	25.265	26.528
Capital de risco operacional	17.497	14.559
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(12.218)	(12.744)
Total de capital de risco (II)	594.746	522.212
Capital Mínimo Requerido (maior entre I e II)	594.746	522.212
Suficiência de capital	55.465	39.564

19. Variações das provisões técnicas de prêmios

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(94.086)	(94.086)	(212.419)	(212.419)
PPNG - Riscos vigentes não emitidos	(4.597)	(4.597)	(3.994)	(3.994)
Outras provisões	(320)	(320)	(639)	(639)
	(99.003)	(99.003)	(217.052)	(217.052)

20. Prêmios ganhos

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Prêmios cedidos	% Resseguro	Prêmios cedidos	% Resseguro
Automóveis	1.686.946	11	1.428.197	758
Responsabilidade Civil Facultativa	525.259	251	421.989	897
Assistência e Outras Coberturas - Auto	112.912	-	91.382	96
DPVAT	88.540	-	74.602	-
Demais Ramos	2.653	9	2.318	(97)
	2.416.310	271	2.018.488	1.654

21. Sinistros ocorridos

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Automóveis	(935.812)	55,5	(865.270)	60,6
Responsabilidade Civil Facultativa	(279.631)	53,2	(236.621)	56,1
Assistência e Outras				
Coberturas - Auto	(103.403)	91,6	(82.993)	104,5
DPVAT	(76.728)	86,7	(65.124)	87,3
Demais Ramos	(1.054)	39,7	(2.420)	104,4
	(1.396.628)	57,8	(1.252.428)	62,7

22. Custo de aquisição

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Custos de aquisição	Índice de comissionamento (%)	Custos de aquisição	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	(321.557)	19,1	(275.428)	19,3
Responsabilidade Civil Facultativa	(90.988)	17,3	(73.139)	17,3
Assistência e Outras				
Coberturas - Auto	(20.330)	18,0	(16.407)	18,0
DPVAT	(1.253)	1,4	(1.069)	1,4
Demais Ramos	(940)	30,5	(837)	36,8
	(435.068)	18,0	(366.880)	18,2

22.1 Custos de aquisição (por tipo de despesa)

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Comissões sobre prêmios retidos	(429.597)	(380.262)
Outras despesas de comercialização	(31.270)	(23.975)
Variação das despesas de comercialização diferidas	25.799	37.357
	(435.068)	(366.880)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Receitas com operações de seguros	7.747	6.909
Receitas com operações de seguros - DPVAT	238	359
Total de outras receitas	7.985	7.268
Despesas com administração de apólices e contratos	(40.766)	(25.083)
Despesas com sistema de riscos	(36.626)	(28.317)
Despesas com serviços de assistência	(25.652)	(17.407)
Despesas com cobrança	(9.656)	(6.689)
Despesas com encargos sociais	(7.369)	(6.858)
Convênio DPVAT	(6.731)	(5.782)
Outras	(849)	(7.690)
Total de outras despesas	(127.649)	(97.826)
Outras receitas e despesas operacionais	(119.664)	(90.558)

24. Despesas administrativas

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Despesas compartilhadas (*)	(132.878)	(106.867)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(45.537)	(41.139)
Localização e funcionamento	(19.285)	(15.951)
Serviços de terceiros	(17.347)	(14.748)
Doativos e contribuições	(6.485)	(1.64)
Convênio DPVAT	(4.094)	(3.075)
Outras	(540)	(817)
	(226.166)	(182.761)

(*) Referem-se a rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro.

25. Despesas com tributos

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
COFINS	(46.488)	(35.481)
PIS	(7.188)	(5.729)
Outras	(3.481)	(3.126)
	(57.155)	(44.336)

26. Resultado financeiro

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Juros de títulos disponíveis para a venda	93.755	65.718
Adicional de fracionamento de prêmios	72.393	64.212
Ganhos da valorização e juros de títulos para negociação	61.487	64.852
Variações monetárias dos depósitos judiciais	6.865	6.231
Outras	6.190	4.865
Total de receitas financeiras	240.700	205.878
Operações de seguro	(16.965)	(9.311)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(6.241)	(5.257)
Outras	(1.469)	(1.509)
Total de despesas financeiras	(24.675)	(16.077)
Resultado financeiro	216.025	189.801

27. Benefícios a empregados

27.1 Plano de previdência complementar

Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, entidade aberta de previdência complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de sua patrocinadora e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% até 4% dependendo do percentual escolhido pelo participante.

27.2 Benefícios pós-emprego

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.519	1.210
Custo de juros	157	133
Custo dos benefícios (Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	96	73
Efeito liquidação/redução	46	249
Benefícios pagos	(69)	-
Saldo final do passivo	(33)	(148)
Ganho/(perdas) atuariais em outros resultados abrangentes	1.716	1.519
	(17)	150

27.3 Outros benefícios

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Vales alimentação e refeição	6.142	5.437
Assistências médica e odontológica	4.088	2.763
Vale-transporte	796	679
Outros	740	895
	11.766	9.574

28. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal junto a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais;

(ii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela ligada Proteção e Monitoramento; (iii) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das ligadas Portopar; e (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2015		Dezembro de 2014	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Passivo				
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	28.880	14.409	28.880	14.409
Resultado				
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	182.092	182.092	146.116	146.116
Porto Atendimento	7.394	7.394	8.694	8.694
Proteção e Monitoramento	7.486	7.486	5.327	5.327
	196.972	196.972	160.137	160.137

28.1 Transações com pessoal-chave

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Participação nos lucros - administradores	20.213	14.153
Honorários de diretoria e encargos	1.922	1.262
	22.135	15.415

29. Outras informações

(a) Comitê de Auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Previdência complementar

De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", a Companhia reverteu a rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia.

(c) Composição acionária (*)

Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	69,1%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	30,7%
Outros	0,2%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Outros	0,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itaúseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itaúseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaúcard S.A.	31,2%
Itaú Unibanco S.A.	57,8%
Banco Itaú BBA S.A.	10,9%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	Participação
Itaú Unibanco S.A.	97,9%
Outros	2,1%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Outros	0,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,0%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	38,7%
Outros	10,3%

(*) Refere-se às participações das ações ordinárias.

MEMBROS DA DIRETORIA

FABIO LUCHETTI Diretor-Presidente	ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Geral FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Jurídico LUIZ ALBERTO POMAROLE Diretor	MARCELO BARROSO PICAÑO Diretor CELSO DAMADI Diretor	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor
JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9		BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Azul Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente,



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Azul Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ Mil 113.166, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório e nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ Mil 113.166, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade

de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Azul Companhia de Seguros Gerais.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$ Mil 113.166, os quais não foram objeto de nossos exames, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação

de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944

Deloitte.

Anexo I

Demonstrativos do Parecer Atuarial (Em milhares de reais)

1. Demonstrativo dos limites de retenção

(Ramos SUSEP)	31/12/2015	31/12/2014
141, 167, 589, 621, 622, 654, 655, 745, 981, 993	389	389
114	1.000	1.000
118	1.000	1.000
116,351	1.000	1.000
542,553	1.425	1.425
588	1.425	1.425
520,531	1.556	1.556

Id: 1936769

O que fazer se estiver com sintomas de DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA

- ✓ Procurar um médico
- ✓ Repousar
- ✓ Beber bastante líquido (água, sucos, água de coco, soro caseiro)



SECRETARIA DE SAÚDE

#saúdeRJ

